RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 096/2015

Altera o inciso II do art. 17 e acrescenta os incisos VI e VII ao art. 20 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.

Certifico que o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, em sessão plenária hoje realizada, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador Aldon do Vale Alves Taglialegna (Presidente do Tribunal), com a presença dos Excelentíssimos Desembargadores Platon Teixeira de Azevedo Filho (Vice-Presidente, em exercício), Kathia Maria Bomtempo de Albuquerque, Mário Sérgio Bottazzo, Paulo Pimenta, Daniel Viana Júnior, Geraldo Rodrigues do Nascimento, Eugênio José Cesário Rosa e Iara Teixeira Rios e da Excelentíssima Procuradora Regional do Trabalho Cláudia Telho Corrêa Abreu, consignada a ausência dos Excelentíssimos Desembargadores Breno Medeiros e Gentil Pio de Oliveira, em gozo de férias) e Elvecio Moura dos Santos (licenciado para tratamento de saúde) tendo em vista o que consta do Processo Administrativo SISDOC nº 012615/2015 (MA-055/2015), RESOLVEU, por unanimidade:

Art. 1º O inciso II do art. 17 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 17.

II – conceder vistas às partes, homologar acordos e desistências, exceto em dissídios coletivos, bem como praticar quaisquer outros atos nos processos de competência do Tribunal, antes de distribuídos ou após a publicação do julgamento, ressalvado o disposto no art. 30-A deste Regimento, quanto aos processos que tramitam no PJe-JT e decidir o pedido de revisão previsto no art. 2º, §2º, da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970.”

Art. 2º Acrescentar os incisos VI e VII ao art. 20 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, com a seguinte redação:

“Art. 20.

VI – relatar os processos de competência do Tribunal Pleno, concorrendo à distribuição em igualdade com os demais desembargadores e magistrados atuantes no Tribunal, observado, quanto às matérias administrativas, o disposto no inciso II deste artigo.

VII – indeferir petição inicial, conciliar e decidir sobre liminares e demais incidentes em dissídios coletivos, antes de sua distribuição, bem como processar o protesto para preservação de data-base.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no DEJT, revogada a Resolução Administrativa nº 88, de 16 de junho de 2015.

Sala de Sessões, ao 1º dia do mês de julho de 2015.

original assinado

Goiamy Póvoa

Secretário do Tribunal Pleno

***Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho – Caderno Administrativo, nº 1761/2015,
Data da disponibilização: 02 de julho de 2015***